

**A. I. N°** - 207160.0002/06-3  
**AUTUADO** - DIPESIL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS SILVA LTDA.  
**AUTUANTE** - FRANCISCO CARLOS DE SANTANA  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 28/11/2006

## **5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0355-05/06**

**EMENTA:** **ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO.** Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo acordo (convênio ou protocolo) que preveja a retenção do imposto pelo remetente, o pagamento do tributo deve ser efetuado pelo destinatário sobre o valor determinado pela legislação. Comprovado nos autos pagamento de parte do débito exigido. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de auto de infração lavrado em 26/06/2006, acusando o autuado de não ter recolhido o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias em outras unidades da Federação, sendo lançado imposto no valor de R\$3.920,08, com multa de 60%, referente aos meses de março, junho e julho de 2004, fevereiro, maio, junho e agosto de 2005.

O autuado apresentou defesa (fls 68), pleiteando apenas a exclusão dos valores de R\$413,78 e R\$86, 40, referentes ao pagamento do imposto por antecipação tributária das notas fiscais de nº. 145713 (recebida pela empresa em 10/03/2004 – ICMS cobrado de R\$391,33) e a de nº. 112 (30/07/2004 ICMS cobrado de R\$86,41), alegando já haver pago esses.

O autuante em sua informação fiscal (fls. 84/86) acolhe essas razões defensivas, concluindo pela procedência parcial da autuação. Às fls. 91/93 o contribuinte parcelou o montante não impugnado.

## **VOTO**

O autuado reconheceu a procedência da maior parte do montante ora exigido - R\$3.442,34, remanescendo a lide apenas para duas das notas fiscais autuadas: as de nº. 145713 e 112. A controvérsia sobre essas se restringe a matéria fática, se foi pago ou não o imposto referente a antecipação tributária dessas.

O contribuinte apresentou Documentos de Arrecadação (DAEs), acrescentando que para uma delas, a de nº. 145713, houve um procedimento fiscal anterior (Termo de Arrecadação de nº. 118137) que comprovou o recolhimento do imposto ora em combate.

O autuante acolheu integralmente essa alegação, afastando a lide até então existente. Face aos DAEs e demais documentos anexados aos autos, bem como fundamentado na informação fiscal prestada, afasto a exigência sobre o montante questionado pela defesa. Recomendo também ao órgão fazendário competente a homologação dos valores efetivamente recolhidos.

Observo que para o mês de julho de 2004, remanesce a exigência de R\$0,01, uma vez que o valor cobrado era de R\$86,41 e comprovou-se o pagamento de R\$86,40 .

Dessa forma, julgo procedente o imposto na forma abaixo disposta, devendo ser homologado os valores efetivamente recolhidos.

<b>data venc</b>	<b>ICMS</b>
09/7/2004	97,85
09/8/2004	0,01
09/3/2005	83,94
09/6/2005	2.159,61
09/7/2005	638,43
09/9/2005	462,51
<b>Total</b>	<b>3.442,35</b>

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº. **207160.0002/06-3**, lavrado contra **DIPESIL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS SILVA LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.442,35**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d” , da Lei nº. 7014/96, devendo ser homologado os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de novembro de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR